O PAPEL DO ENFERMEIRO NA IMUNIZAÇÃO INFANTIL E O REFLEXO NO ÂMBITO EDUCACIONAL.

Ruas, Matheus de Andrade; Silva, Ana Luiza de Souza; Lima, Dayane Araujo; Januario, Giovanna de Fatima Dias; Silva, Sandra Tertuliano; Mariz, Aline Guimarães.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto de uma intervenção educativa mediada pelo enfermeiro no nível de conhecimento de profissionais da educação acerca da imunização infantil e da importância da conferência da caderneta de vacinação no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa e delineamento pré e pós-teste, realizada em duas instituições particulares de ensino do município de Indaiatuba-SP, com a participação de dez profissionais da educação. A coleta de dados ocorreu por meio de questionários semiestruturados, compostos por perguntas abertas, aplicados antes e quinze dias após uma capacitação educativa. A intervenção abordou o calendário vacinal infantil, a importância e a segurança das vacinas, a legislação vigente e os procedimentos relacionados à conferência da caderneta de vacinação durante a matrícula escolar. O desenvolvimento da proposta foi orientado pelo modelo ADDIE, e as respostas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin. Os resultados demonstraram aumento no percentual de respostas adequadas em todos os eixos avaliados, evidenciando avanços no conhecimento dos participantes sobre o calendário vacinal, a identificação de pendências, a orientação às famílias, a legislação e a responsabilidade da escola no acompanhamento da situação vacinal. Conclui-se que a intervenção educativa contribuiu positivamente para ampliar a compreensão dos profissionais da educação sobre a imunização infantil, destacando o potencial do enfermeiro como mediador da educação em saúde e articulador entre os setores da saúde e da educação. Entretanto, o curto período de acompanhamento não permite afirmar a retenção dos conhecimentos em longo prazo ou mudanças efetivas nas práticas profissionais.

Palavras-chave: Imunização infantil; Educação em saúde; Enfermagem; Saúde escolar; Vacinação.

Abstract

This study aimed to analyze the impact of a nurse-mediated educational intervention on the knowledge of education professionals regarding childhood immunization and the importance of checking vaccination

records in the school environment. This is an applied, descriptive, and exploratory study with a qualitative approach and a pre- and post-test design, conducted in two private educational institutions in Indaiatuba, São Paulo, Brazil, involving ten education professionals. Data were collected through semi-structured questionnaires consisting of open-ended questions, administered before and fifteen days after an educational training session. The intervention addressed the childhood vaccination schedule, the importance and safety of vaccines, current legislation, and procedures for checking vaccination records during school enrollment. The proposal was developed based on the ADDIE model, and responses were analyzed using Bardin's content analysis technique. The results showed an increase in the percentage of appropriate answers across all evaluated thematic areas, indicating improvements in participants' knowledge of the vaccination schedule, identification of overdue vaccines, guidance for families, legislation, and the school's responsibility in monitoring children's vaccination status. It is concluded that the educational intervention positively contributed to expanding education professionals' understanding of childhood immunization, highlighting the nurse's potential as a health education mediator and as a link between the health and education sectors. However, the short follow-up period does not allow conclusions regarding long-term knowledge retention or effective changes in professional practices.

Keywords: Childhood immunization; Health education; Nursing; School health; Vaccination.

1 INTRODUÇÃO

A imunização infantil configura-se como um método seguro, eficaz e de baixo custo, exercendo um papel determinante na proteção contra doenças imunopreveníveis e na redução da morbimortalidade; segundo Barros e Cavalheiri (2021), a vacinação é um fator modificador no curso de patologias infectocontagiosas, sendo vital durante a primeira infância para garantir a imunidade coletiva e o aumento da expectativa de vida da população. Para que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) atinja a sua efetividade, é imprescindível que os pais e responsáveis sejam devidamente informados sobre os benefícios, as faixas etárias preconizadas e a segurança dos imunobiológicos, combatendo-se a desinformação desde o primeiro contato com o sistema de saúde.

Entretanto, o cenário contemporâneo revela um declínio acentuado nas taxas de cobertura vacinal no Brasil, o que representa uma ameaça direta à segurança sanitária e possibilita o ressurgimento de doenças anteriormente erradicadas (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2022). Como resposta a esse desafio, o Governo Federal institucionalizou a Estratégia de Vacinação nas Escolas (BRASIL, 2024). No âmbito do Estado de São Paulo, esse respaldo estratégico é reforçado pela Lei nº 17.252, de 17 de março de 2020, que torna obrigatória a apresentação da carteira de vacinação atualizada no ato da matrícula escolar.

Conforme o Artigo 4º desta norma, embora a ausência do documento não impeça a matrícula, o responsável possui um prazo máximo de 60 dias para regularizar a situação, sob pena de comunicação imediata ao Conselho Tutelar, evidenciando o papel da escola como agente fiscalizador e protetor do direito à saúde (SÃO PAULO, 2020).

Nesse contexto, a atuação do enfermeiro torna-se o elo fundamental entre a saúde e a educação. Como ressalta Alves et al. (2024), a prática deste profissional transcende a execução técnica do ato vacinal, englobando a gestão do cuidado e a educação em saúde. O enfermeiro possui a competência necessária para capacitar a equipe pedagógica e mediar o conhecimento junto às famílias, utilizando estratégias que vão desde a participação em reuniões de pais até o desenvolvimento de atividades lúdicas. Tal intervenção é crucial para fortalecer o vínculo entre a unidade de saúde e a escola, transformando o ambiente educacional num polo de vigilância e promoção da saúde.

A viabilidade dessas estratégias é potencializada pelo Programa Saúde na Escola (PSE), que formaliza o vínculo permanente entre o setor pedagógico e a rede pública de saúde (BRASIL, 2022). Dentro desta estrutura intersetorial, o enfermeiro assume um papel central na articulação técnica, atuando como o principal mediador de ações preventivas. Segundo Almeida et al. (2024), o foco no PSE permite a capacitação contínua do corpo docente e administrativo, instrumentalizando-os para identificar situações de vulnerabilidade vacinal e atuar como agentes multiplicadores de informações. Essa união colaborativa é essencial para reduzir a hesitação vacinal e garantir o fortalecimento da barreira imunológica da população pediátrica (NUNES, 2025).

Considerando a urgência em recuperar as metas vacinais e a necessidade de métodos educativos mais eficazes, este estudo propõe-se a responder à seguinte questão norteadora: Qual o impacto de uma intervenção educativa, mediada pelo enfermeiro, no nível de conhecimento de profissionais da educação e na percepção da comunidade escolar sobre a importância da imunização infantil? O foco central da investigação reside na avaliação do conhecimento destes profissionais antes e após a implementação de ações de capacitação, integrando o uso de ferramentas tecnológicas para facilitar a compreensão do calendário vacinal.

A relevância deste estudo fundamenta-se no alarmante declínio das taxas de cobertura vacinal no Brasil, fenômeno que amplia a vulnerabilidade social e o risco de ressurgimento de patologias anteriormente erradicadas. Nesse cenário, o ambiente escolar configura-se como um espaço estratégico para a vigilância em saúde, especialmente sob o respaldo da Lei Estadual nº 17.252/2020, que condiciona a matrícula à apresentação da carteira de vacinação. Todavia, a mera obrigatoriedade documental não

assegura que famílias e educadores compreendam a importância biossocial da imunização, revelando uma lacuna crítica entre a norma legal e a efetiva conscientização sobre as doenças imunopreveníveis.

Diante dessa lacuna, a pesquisa justifica-se pela necessidade de transformar o enfermeiro em um agente mediador da cultura de prevenção, utilizando sua expertise para capacitar educadores com subsídios teóricos e práticos contra a hesitação vacinal. Ao propor a criação de um guia digital informativo, o estudo consolida sua contribuição social e científica, entregando uma ferramenta acessível que auxilia a escola a exercer seu papel protetor. Dessa forma, o projeto transcende a conferência burocrática de documentos, promovendo uma educação em saúde segura, embasada e capaz de impactar diretamente na retomada dos índices vacinais na comunidade escolar.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Analisar o impacto de uma intervenção educativa mediada pelo enfermeiro no nível de conhecimento de profissionais da educação e na percepção da comunidade escolar acerca da relevância da imunização infantil.

- Elaborar um guia físico e digital informativo (cartilha) direcionado à comunidade escolar, contendo orientações práticas para a conferência da caderneta de vacinação.

2.2 ESPECÍFICO

- Identificar o nível de conhecimento prévio de profissionais da educação e gestores escolares sobre o calendário vacinal e a legislação vigente (Lei Estadual nº 17.252/2020);

- Desenvolver e aplicar uma estratégia de educação em saúde, utilizando ferramentas tecnológicas e materiais lúdicos, voltada à capacitação da equipe pedagógica;

- Avaliar a eficácia da intervenção educativa por meio da comparação do nível de conhecimento dos participantes nos períodos pré e pós-intervenção;

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de natureza descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa e delineamento experimental do tipo pré e pós-teste, realizada no período de fevereiro a dezembro de 2026.

De acordo com os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa por meio da Plataforma Brasil, sendo aprovado sob o Parecer nº 8.519.764 e CAAE nº 98170526.1.0000.5490. Todos os participantes foram devidamente esclarecidos quanto aos objetivos e procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início da coleta de dados, garantindo-se o sigilo das informações, o anonimato e o direito de desistência da participação em qualquer momento, sem quaisquer prejuízos.

Inicialmente, o projeto previa a realização da capacitação em escolas da rede municipal de ensino do município de Indaiatuba-SP. Entretanto, devido à ausência de retorno da Secretaria Municipal de Educação dentro do período previsto para o desenvolvimento da pesquisa, houve a necessidade de remanejamento do campo de estudo. Dessa forma, o projeto foi direcionado para instituições da rede particular de ensino, que se disponibilizaram a receber a equipe de pesquisadores e possibilitaram a realização da capacitação e da coleta de dados.

A coleta de dados ocorreu presencialmente entre os meses de julho e outubro de 2026, nas instituições de ensino particulares Colégio Zip Zap e Colégio Imaculada Conceição, localizadas no município de Indaiatuba-SP, que atendem crianças na faixa etária de 1 a 14 anos. A amostra foi constituída por 10 profissionais da área da educação, especificamente os envolvidos com a realização de matrículas escolares e com atividades relacionadas à gestão administrativa e docente das instituições.

A coleta de dados foi realizada mediante agendamento prévio com as instituições participantes e ocorreu de forma individual e presencial, sendo organizada em três etapas sequenciais. Na primeira etapa, denominada diagnóstico inicial, foi aplicado um questionário semiestruturado, em formato impresso, composto por perguntas abertas destinadas a verificar o conhecimento prévio dos participantes acerca do calendário vacinal, a percepção sobre a segurança e a importância das vacinas e o conhecimento relacionado à Lei Estadual nº 17.252/2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar.

Na segunda etapa, após a aplicação do questionário inicial, foi realizada uma capacitação educativa sobre imunização e a importância da verificação da situação vacinal no ambiente escolar. A capacitação foi mediada pelo orientador do projeto, Matheus de Andrade Ruas e coorientadora, Aline Guimarães Mariz, conduzida pelas enfermeiras pesquisadoras, utilizando recursos tecnológicos e estratégias lúdicas e educativas, com o objetivo de facilitar a compreensão dos conteúdos abordados e promover a participação dos profissionais. Durante a capacitação, foram abordados aspectos relacionados ao calendário vacinal infantil, à importância da vacinação, à segurança das vacinas, à atualização da caderneta de vacinação e à relevância da conferência da situação vacinal no momento da matrícula escolar, considerando as determinações previstas na legislação vigente.

Na terceira etapa, após o intervalo de 15 dias da realização da capacitação, o questionário foi reaplicado aos participantes, também em formato impresso e presencial. Essa etapa teve como finalidade comparar as respostas dos participantes antes e após a intervenção educativa e verificar possíveis mudanças na percepção dos participantes em relação à vacinação.

Os dados obtidos nos questionários pré e pós-teste foram organizados e analisados pelas manualmente de forma comparativa, considerando as respostas apresentadas pelos participantes antes e após a intervenção educativa. Para o tratamento e a interpretação dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos para a análise das comunicações, estruturado em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A aplicação dessa técnica possibilitou examinar as respostas dos participantes de maneira organizada, buscando identificar aspectos relevantes relacionados ao conhecimento e à percepção dos profissionais sobre a imunização infantil, o calendário vacinal e a importância da conferência da carteira de vacinação no processo de matrícula escolar. Posteriormente, os resultados obtidos nos questionários pré e pós-teste foram comparados, a fim de verificar as diferenças nas respostas antes e após a intervenção educativa, permitindo analisar as mudanças observadas na compreensão dos participantes acerca dos temas abordados.

O estudo foi desenvolvido com base no modelo ADDIE, que consiste em uma abordagem sistemática de planejamento e desenvolvimento de ações educacionais, organizada em cinco fases inter-relacionadas: análise das necessidades de aprendizagem, desenho da proposta educativa, desenvolvimento dos materiais, implementação da intervenção e avaliação dos resultados (BRANCH, 2009). Na fase de Análise, identificaram-se as necessidades de aprendizagem dos profissionais da educação por meio do diagnóstico inicial, realizado com a aplicação do questionário pré-teste. Na fase de Desenho, foram

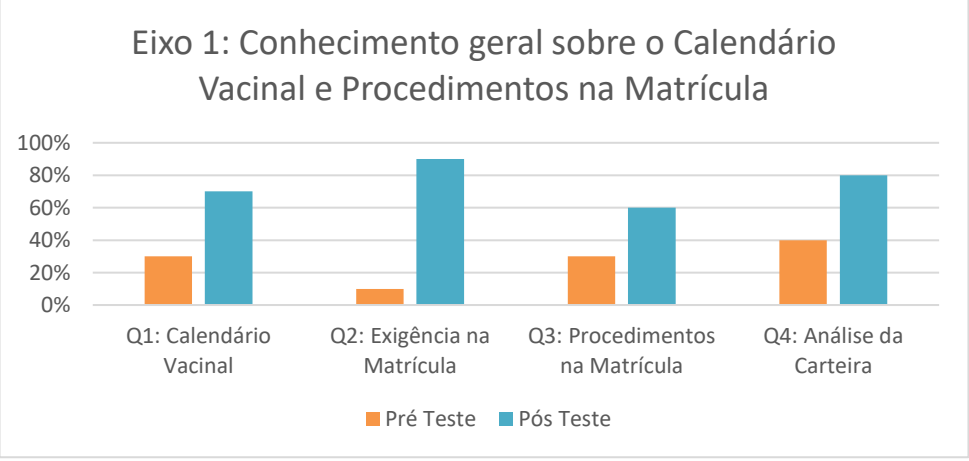
definidos os objetivos educacionais, os conteúdos e as estratégias da intervenção, considerando as necessidades identificadas e o público-alvo. Na fase de Desenvolvimento, foram elaborados os materiais educativos e os recursos audiovisuais. As fases de Implementação e Avaliação do modelo, voltadas à aplicação dos materiais e à análise sistemática de sua qualidade e efetividade, não foram integralmente contempladas devido ao período disponível para a realização da pesquisa. Assim, estudos futuros poderão dar continuidade ao trabalho por meio de um estudo de implementação, incluindo a avaliação da cartilha junto ao público-alvo, a fim de analisar sua clareza, adequação, aplicabilidade e contribuição para a educação em saúde.

4 RESULTADOS

A pesquisa contou com a participação de 10 profissionais da área da educação, sendo 5 participantes da escola Zip Zap e 5 participantes da escola Imaculada Conceição. A caracterização da amostra demonstrou predominância do sexo feminino, correspondendo a 80% (n=8) dos participantes, enquanto 20% (n=2) eram do sexo masculino. Em relação à faixa etária, 50% (n=5) dos participantes tinham entre 20 e 28 anos, 40% (n=4) encontravam-se na faixa etária de 30 a 45 anos e 10% (n=1) tinham entre 50 e 55 anos.

As questões foram organizadas em três principais eixos temáticos. Na Figura 1, foram ilustrados os resultados das questões 1, 2, 3 e 4, onde abordaram conhecimentos gerais sobre o calendário vacinal infantil, a importância da apresentação da carteira de vacinação no momento da matrícula escolar, as condutas a serem adotadas diante da apresentação do documento e conhecimentos relacionados à análise da carteira de vacinação.

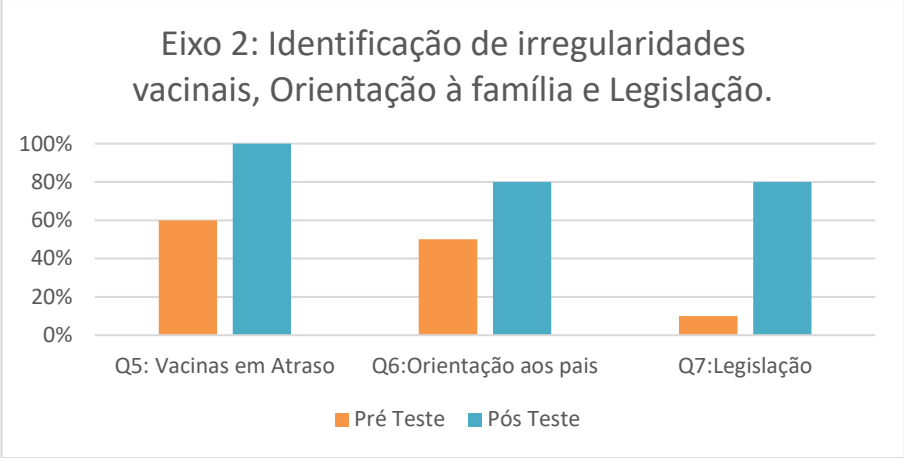
Figura 1 –Percentual de respostas adequadas no Eixo 1, antes e após a capacitação.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A Figura 2, apresenta gráfico elaborado com base no segundo eixo, que contempla as questões 5,6 e 7 que avaliaram conhecimentos relacionados à identificação de vacinas em atraso ou incompletas, às condutas de orientação aos pais ou responsáveis o conhecimento dos participantes acerca da legislação relacionada à apresentação da carteira de vacinação.

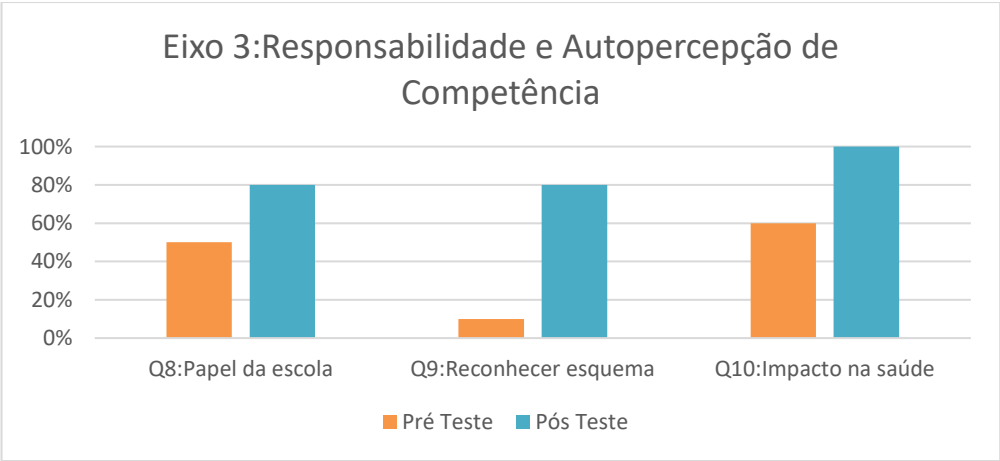
Figura 2 – Percentual de respostas adequadas no Eixo 2, antes e após a capacitação.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Na Figura 3, estão presentes os resultados baseados no terceiro eixo, referente às questões 8, 9 e 10, que abordaram o conhecimento da responsabilidade da escola no acompanhamento da situação vacinal, da capacidade de reconhecer a adequação do esquema vacinal e da importância da vacinação para a saúde das crianças no ambiente escolar.

Figura 3 – Percentual de respostas adequadas no Eixo 3, antes e após a capacitação.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

5 DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos evidencia o impacto transformador da intervenção educativa conduzida pelo enfermeiro junto aos profissionais da educação, reafirmando o ambiente escolar como um espaço estratégico e de extrema relevância para ações preventivas em saúde pública. Segundo Fernandes et al. (2026), a escola configura-se como espaço estratégico e privilegiado para ações integradas de promoção da saúde e fortalecimento da cultura vacinal, atuando, por meio de políticas intersetoriais, como o PSE, como ponte entre a comunidade e os serviços de saúde.

A comparação qualitativa entre os momentos pré e pós-teste demonstra avanços expressivos não apenas nos índices de acertos, mas na mudança de postura crítica e técnica dos participantes, corroborando os achados de Almeida et al. (2024) acerca da importância da atuação do enfermeiro na promoção da adesão vacinal. Para melhor compreensão, os achados foram estruturados em eixos temáticos que detalham a evolução conceitual, legal, prática e intersetorial, em consonância com a literatura que aponta a articulação entre os setores da saúde e da educação como pilar essencial para o fortalecimento da imunização infantil (SCHERER et al., 2022; RUMOR et al., 2022).

5.1 Conhecimento geral sobre o calendário vacinal e procedimentos na matrícula (Questões 1, 2 e 3 e 4)

No diagnóstico inicial, foi possível constatar que os profissionais entrevistados possuíam uma visão bastante limitada sobre o Calendário Nacional de Vacinação e sobre a exigência legal desse documento no ato da matrícula. Quando questionados acerca de seu conhecimento sobre a relevância do calendário vacinal para acompanhamento da saúde da criança, apenas 30% dos participantes compreendiam seu papel orientador e imunológico, aparecendo, em um dos relatos, inclusive, uma fala reduzindo a caderneta a um mero "*controle do governo*".

Moraes et al. (2024), ao analisarem a confiabilidade dos dados do Sistema de Informação do PNI, utilizaram os registros da caderneta de vacinação como padrão-ouro para a comparação das doses e datas de aplicação. Assim, compreender a caderneta apenas como um ‘controle do governo’ limita o reconhecimento de sua importância para o acompanhamento da situação vacinal infantil.

A compreensão da exigência de apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula, prevista na Lei Estadual nº 17.252/2020 (SÃO PAULO, 2020), saltou de 10% para 90%. Esse avanço sugere que a intervenção educativa contribuiu para traduzir o rigor da lei em uma compreensão de seu papel na proteção à infância, ampliando o olhar dos profissionais para além da exigência documental.

No que se refere à conduta prática durante a matrícula e ao conhecimento sobre as informações que devem ser verificadas na caderneta de vacinação, a avaliação inicial evidenciou uma lacuna importante, uma vez que apenas 40% dos participantes apresentaram respostas adequadas, percentual que aumentou para 80% após a intervenção educativa. Esse resultado sugere uma ampliação do conhecimento dos participantes sobre a importância de conferir os registros vacinais, em vez de apenas arquivar o documento. Tal achado pode ser relacionado ao estudo de Teixeira et al. (2023), que destaca a relevância da Caderneta da Criança como instrumento de acompanhamento da saúde infantil e aponta a necessidade de qualificação dos profissionais para seu uso adequado. Nesse sentido, a intervenção educativa pode ter contribuído para ampliar a compreensão dos participantes sobre a finalidade da conferência da documentação vacinal, especialmente na identificação de possíveis atrasos e na orientação dos responsáveis quanto à procura pelos serviços de saúde. Dessa forma, os resultados reforçam a importância de estratégias educativas voltadas à comunidade escolar, favorecendo o reconhecimento da caderneta como instrumento de acompanhamento da saúde da criança e fortalecendo a articulação entre escola, família e serviços de saúde.

5.2 Identificação de irregularidades vacinais, orientação a família e legislação (Questões 5, 6 e 7)

No início do estudo, observou-se uma compreensão limitada acerca do papel da escola no acompanhamento da imunização infantil, evidenciada pela fala de uma das participantes: “a escola não interfere”. Nesse contexto, as orientações direcionadas aos pais e responsáveis pareciam restringir-se a comunicados de caráter burocrático, sem que fosse reconhecida plenamente a possibilidade de atuação da instituição escolar na promoção da saúde. Essa percepção contrasta com as diretrizes do Ministério da Saúde, que reconhecem a escola como espaço estratégico para a ampliação das coberturas vacinais, a identificação de crianças com esquemas vacinais incompletos e o desenvolvimento de ações educativas articuladas entre os setores da saúde e da educação (BRASIL, 2026).

Na questão referente à forma de orientar pais ou responsáveis diante da identificação de pendências no esquema vacinal infantil, observou-se um aumento de 50% para 80% nas respostas adequadas após a intervenção educativa. Esse resultado sugere uma ampliação do conhecimento dos participantes quanto às condutas de orientação às famílias e à importância da articulação entre escola e serviços de saúde. Tal achado encontra suporte nas diretrizes do Programa Saúde na Escola (PSE), que estabelecem a integração entre os setores da saúde e da educação como estratégia para a promoção da saúde integral dos escolares, fundamentada na intersetorialidade e na corresponsabilidade (BRASIL, 2017). Nessa perspectiva, o estudo de Rumor et al. (2022) destaca que a articulação entre as equipes de saúde e a comunidade escolar pode favorecer a ampliação do acesso à informação, o acompanhamento das condições de saúde dos

estudantes e a aproximação com as famílias. No contexto da imunização infantil, essa atuação envolve a orientação dos responsáveis e o encaminhamento aos serviços de saúde para atualização da situação vacinal. Assim, a melhora observada após a intervenção reforça a relevância das ações educativas na preparação dos profissionais da educação para reconhecer seu papel na promoção da saúde, sem desconsiderar as atribuições técnicas dos profissionais responsáveis pela avaliação e pela vacinação.

Em relação à compreensão sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação atualizada durante o processo de matrícula escolar, observou-se uma mudança expressiva após a intervenção educativa, onde o percentual de participantes que demonstravam compreensão adequada passou de 10% para 80%. Esse resultado demonstra uma ampliação do conhecimento dos participantes acerca dos aspectos legais relacionados à imunização infantil no âmbito escolar. No estado de São Paulo, a Lei nº 17.252/2020 estabelece a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação de estudantes de até 18 anos no ato da matrícula, nas instituições públicas e particulares que oferecem educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A legislação também determina que a ausência do documento ou a identificação de vacinas pendentes não impossibilita a efetivação da matrícula, devendo a situação ser regularizada no prazo previsto legalmente (SÃO PAULO, 2020). Essa disposição evidencia que a exigência documental não deve ser compreendida como uma barreira ao acesso à educação, mas como uma oportunidade de identificar pendências vacinais e orientar os responsáveis quanto à necessidade de procurar os serviços de saúde. Tal perspectiva também encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo artigo 14, § 1º, estabelece a obrigatoriedade da vacinação infantil nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias (BRASIL, 1990). Nesse contexto, a ampliação do conhecimento observada após a intervenção reforça a relevância da educação em saúde para que os profissionais da educação compreendam a legislação vigente e reconheçam seu papel colaborativo na promoção e proteção da saúde infantil.

5.3 Responsabilidade e autopercepção de competência (Questões 8,9 e 10)

A análise das respostas referentes ao acompanhamento da situação vacinal dos alunos matriculados revelou que o percentual de respostas adequadas aumentou de 50% para 80% após a realização da intervenção educativa, indicando uma melhora na compreensão dos participantes acerca da atuação da escola nesse processo. Esse resultado reforça a importância de oferecer orientações claras e acessíveis à equipe pedagógica, de modo que seus integrantes reconheçam suas possibilidades de atuação na identificação de possíveis pendências vacinais e na orientação das famílias. Segundo Santos et al. (2020), estratégias educativas fundamentadas em evidências científicas e desenvolvidas com materiais educativos acessíveis podem favorecer a adesão à vacinação infantil, enquanto a comunicação empática e a construção de relações de confiança são aspectos relevantes para a orientação das famílias. Nesse

contexto, a utilização de recursos educativos em diferentes formatos, como materiais impressos e digitais, pode facilitar o acesso às informações e apoiar a continuidade das orientações no cotidiano escolar. Assim, a elaboração de uma cartilha com orientações práticas para a conferência da caderneta de vacinação, associada a conteúdos audiovisuais de acesso facilitado, apresenta-se como uma estratégia educativa relevante para subsidiar a atuação da equipe pedagógica, aproximando o conhecimento técnico-científico de sua realidade de atuação e fortalecendo a articulação entre saúde e educação.

A análise das respostas referentes à capacidade de reconhecer a adequação do esquema vacinal infantil por meio da carteira de vacinação revelou uma evolução expressiva após a intervenção educativa, com o percentual de respostas adequadas passando de 10% para 80%. Esse resultado indica que a estratégia educativa contribuiu para ampliar a percepção dos participantes acerca de sua capacidade de identificar possíveis incoerências no esquema vacinal das crianças, evidenciando o potencial das ações de educação em saúde para modificar conhecimentos relacionados à imunização infantil. Nesse sentido, Teixeira et al. (2023), identificaram a necessidade de aprimorar sua utilização nos diferentes pontos de atenção, destacando a importância de capacitações sobre esse instrumento no contexto da educação em saúde. Os autores reforçam, assim, a relevância de iniciativas educativas que favoreçam a compreensão das informações contidas na caderneta e qualifiquem o seu uso. Diante disso, a intervenção desenvolvida neste estudo mostra-se alinhada às necessidades apontadas pela literatura, uma vez que buscou fornecer orientações práticas para a conferência da situação vacinal, utilizando recursos educativos acessíveis à comunidade escolar. Dessa forma, os resultados reforçam o potencial da atuação educativa do enfermeiro na capacitação de profissionais da educação, favorecendo o reconhecimento de possíveis pendências vacinais e a orientação adequada das famílias, em articulação com os serviços de saúde.

Por fim, os resultados da questão referente à influência da manutenção da carteira de vacinação atualizada na saúde infantil evidenciaram que, após a intervenção educativa, 100% dos participantes apresentaram respostas adequadas, em comparação aos 60% observados inicialmente. Esse achado reforça a contribuição da estratégia desenvolvida para ampliar a compreensão dos participantes sobre a importância da imunização e seus reflexos na proteção individual e coletiva. Souza et al. (2024), ao investigarem estratégias para ampliar as coberturas vacinais infantis no Brasil, destacam a importância de ações que favoreçam o acesso à vacinação e o acompanhamento da situação vacinal. Essa perspectiva reforça a relevância de iniciativas que promovam o reconhecimento de possíveis atrasos e orientem as famílias quanto à necessidade de manter o esquema vacinal atualizado. Nesse contexto, a evolução observada neste estudo demonstra uma contribuição importante para o alcance dos objetivos educativos propostos, ao ampliar a compreensão da equipe pedagógica sobre a importância da caderneta de vacinação

e seu papel na promoção da saúde infantil. Dessa forma, o estudo evidencia o potencial da educação em saúde, conduzida pelo enfermeiro em articulação com a comunidade escolar, para disseminar informações confiáveis, fortalecer o conhecimento dos profissionais da educação e favorecer ações de acompanhamento da situação vacinal, contribuindo para a proteção da saúde das crianças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa evidenciou a relevância da atuação do enfermeiro no ambiente escolar, especialmente na aproximação entre saúde e educação e na promoção de conhecimentos relacionados à imunização infantil. A experiência demonstrou que as ações educativas podem contribuir para ampliar a compreensão dos profissionais da educação sobre a vacinação infantil e favorecer o reconhecimento da caderneta de vacinação como instrumento de acompanhamento da saúde da criança. Nesse contexto, o momento da matrícula escolar representa uma oportunidade para orientar e conscientizar sobre a importância da manutenção do esquema vacinal atualizado.

No diagnóstico inicial, foram identificadas lacunas no conhecimento dos participantes sobre o Calendário Nacional de Vacinação, a legislação vigente e os procedimentos relacionados à conferência da caderneta no ambiente escolar. A partir dessas necessidades, foi desenvolvida uma intervenção educativa com recursos tecnológicos e estratégias lúdicas. Também foram elaborados materiais educativos, incluindo uma cartilha informativa em formato físico e digital e recursos audiovisuais, com o propósito de facilitar o acesso às informações e apoiar os profissionais da educação na compreensão da importância da conferência da situação vacinal infantil.

A comparação entre os questionários pré e pós-intervenção demonstrou aumento no percentual de respostas adequadas em diferentes aspectos relacionados à imunização infantil, à legislação e ao papel da escola no acompanhamento da situação vacinal. Esses resultados sugerem uma contribuição positiva da intervenção para a compreensão dos temas abordados. Entretanto, considerando o intervalo de 15 dias entre a capacitação e a reaplicação do questionário, os dados não permitem comprovar a retenção dos conhecimentos em longo prazo, tampouco afirmar que houve mudanças efetivas nas práticas profissionais ou na situação vacinal das crianças.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o número reduzido de participantes, composto por dez profissionais de duas instituições particulares de ensino de um único município, o que limita a possibilidade de generalização dos resultados para outros contextos escolares. Além disso, o curto período de acompanhamento impossibilitou avaliar a manutenção dos conhecimentos e sua aplicação na rotina

profissional. A cartilha e os demais materiais educativos foram elaborados no âmbito da pesquisa, mas não foram submetidos a um processo formal de validação.

Concluir este ciclo reforça a compreensão de que a enfermagem vai além do ambiente assistencial e dos cuidados hospitalares, abrangendo também a educação em saúde e a articulação entre diferentes setores da sociedade. Embora os resultados estejam restritos às condições em que a pesquisa foi realizada, o estudo destaca o potencial de intervenções educativas conduzidas pelo enfermeiro para disseminar informações confiáveis sobre imunização infantil e fortalecer a aproximação entre saúde e educação. A experiência também oferece subsídios para o desenvolvimento de futuras iniciativas que promovam a conscientização sobre a vacinação e contribuam para a proteção da saúde das crianças no ambiente escolar.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. C. S. de *et al.* O papel do enfermeiro na ampliação da adesão à vacinação infantil: uma revisão de literatura. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 14, p. e141162, 2024. DOI: https://doi.org/10.55892/jrg.v7i14.1162. Disponível em: https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1162. Acesso em: 2 abr. 2026.

ALVES, R. S. *et al.* Ações de enfermagem no Programa Saúde na Escola e a promoção da vacinação. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 77, n. 2, e20230112, 2024.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, E. S.; CAVALHEIRI, J. C. Conhecimento dos responsáveis sobre a importância da vacinação infantil. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, v. 4, n. 3, p. 29-45, 2021. DOI: https://doi.org/10.32811/25954482-2021v4n3p29. Disponível em: https://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/504. Acesso em: 21 out. 2026.

BRANCH, Robert Maribe. Instructional design: the ADDIE approach. New York: Springer, 2009. DOI: https://doi.org/10.1007/978-0-387-09506-6

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Caderno do Programa Saúde na Escola*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. *Estratégia de vacinação na escola: 2026*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_vacinacao_escola_2026.pdf. Acesso em: 19 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Governo federal promove ação de vacinação nas escolas para crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/governo-federal-promove-acao-de-vacinacao-nas-escolas-para-criancas-e-adolescentes. Acesso em: 12 abr. 2026.

FERNANDES, C. K. S. *et al.* Educação e imunização: a escola como espaço de promoção da vacinação e da consciência em saúde coletiva. [S. l.]: Aurum Editora, 2026, p. 599-612. E-book. DOI: https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-052. Disponível em: https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/1198. Acesso em: 3 out. 2026.

MORAES, L. F. *et al.* Caderneta de vacinação física como padrão-ouro na avaliação do esquema imunológico infantil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 48, e88, 2024.

NUNES, K. R. Intersetorialidade entre Saúde e Educação na superação da hesitação vacinal. *Revista Enfermagem e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 45-58, 2025.

OLIVEIRA, M. A.; RODRIGUES, T. C. Desafios da cobertura vacinal infantil no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 25, e220015, 2022.

RUMOR, P. C. *et al.* Ações do Programa Saúde na Escola na vigilância de imunizações. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 31, e20210342, 2022.

SANTOS, D. F. *et al.* Fatores associados à permissão da vacinação infantil no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 44, e20220362, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2023.20220362.pt. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/WyqYD9PgDC5PT4yVzTFDGnJ/. Acesso em: 21 out. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 17.252, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação nas redes pública e particular da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2020.

SCHERER, M. D. *et al.* Articulação intersetorial na promoção da vacinação de escolares. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 210-224, 2022.

SOUTO, J. V. *et al.* Enfrentamento da hesitação vacinal no ambiente escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 40, e00123423, 2024.

SOUZA, J. F. A. *et al.* Estratégias para ampliação das coberturas vacinais em crianças no Brasil: revisão sistemática de literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 77, n. 6, e20230343, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0343pt. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/zBBkfcfJhqp6Xn47d8GyvPN/?lang=pt. Acesso em: 21 out. 2026.

TEIXEIRA, J. A.; OLIVEIRA, C. F.; BORTOLI, M. C. de; VENÂNCIO, S. I. Estudos sobre a Caderneta da Criança no Brasil: uma revisão de escopo. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, n. 1, art. 48, 2023. DOI: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004733. Disponível em: https://revistas.usp.br/rsp/article/view/215078. Acesso em: 15 out. 2026.